

Proposta original do governo apresentada no projeto de orçamento	Proposta da Comissão de Orçamento	Contra-proposta do governo
<ul style="list-style-type: none"> Pagamento de 25% da dívida vencida e a vencer em 1989. 	<ul style="list-style-type: none"> Rolagem da dívida vencida e pagamento de percentuais diferenciados da dívida a vencer. 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento dos juros das dívidas vencidas e a vencer.
<ul style="list-style-type: none"> Geração de uma receita para a União de Cz\$ 580 bilhões. 	<ul style="list-style-type: none"> Geração de uma receita para a União de Cz\$ 70 bilhões. 	<ul style="list-style-type: none"> Geração de uma receita para a União de Cz\$ 340 bilhões.
<ul style="list-style-type: none"> Superávit previsto nas contas do governo de 0,07%. 	<ul style="list-style-type: none"> Pressão sobre o déficit de 0,8 a 1%. 	<ul style="list-style-type: none"> Pressão sobre o déficit de 0,4%.

Governo sugere que os Estados só paguem juros

BRASÍLIA — O governo federal apresentou, durante a reunião na noite de sábado com os membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, uma proposta para rolagem das dívidas externas dos estados, o que adiou o desfecho das negociações. A sugestão é que sejam pagos apenas os juros dos débitos vencidos e a vencer no próximo ano, rolando-se o principal.

A proposta não é nova e já foi recusada pelos secretários de Fazenda de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará, em reunião com o ministro João Batista de Abreu, na última quarta-feira. Os governadores dos principais estados devedores — Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul — foram consultados durante a madrugada e, da parte de Orestes Quérzia, pelo menos, havia resistência.

Pela proposta do projeto original do Orçamento Geral da União, que previa o pagamento pelos estados e municípios de 25% do principal e dos juros das dívidas vencidas e a vencer, a receita resultante para a União seria de Cz\$ 580 bilhões. Pela sugestão da comissão de orçamento — rolagem de toda a dívida vencida e pagamento de percentuais diferenciados da dívida a vencer, conforme o débito de cada estado e município — a receita cairia para Cz\$ 70 bilhões, aumentando o déficit em 0,8 a 1% do PIB. A contra-proposta do governo é intermediária e possibilitaria uma receita para a União de aproximadamente Cz\$ 340 bilhões, zerando uma pressão adicional sobre o déficit de 0,4%.

Madrugada — "Será uma reunião para enxugar gelo", definiu um membro da comissão. Outro, depois de um almoço na casa do presidente do PMDB, informava que a própria comissão, além do governador Quérzia, não nutria simpatia pela contra-proposta do governo. A reunião de sábado à noite na casa do ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, se estendeu até as 3h30 da madrugada e recomeçou às 16 horas de ontem, depois que o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho, o relator, senador Almir Gabriel, e o deputado Genebaldo Corrêa, almoçaram na casa de Ulysses.

Quando os parlamentares chegaram à casa de Costa Couto, para a segunda etapa das discussões, encontraram lá o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Às 16h25 passaram pelo portão da casa de Costa Couto, em um táxi, os secretários da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, e do Rio de Janeiro, Antônio Cláudio Sochaczewsky.

Brasília/José Varella



Carvalho (dir) Corrêa e Gabriel passaram o dia negociando

Vinte minutos depois saiu o ministro do Planejamento, que não tem um bom relacionamento com os secretários. Passou rápido e negou-se a dar entrevista.

Desindexação — Além da rolagem das dívidas estaduais e municipais, a reunião destinava-se a discutir outra fonte de pressão sobre o déficit público — as emendas parlamentares que, atendendo aos lobbies de vários ministérios, recompunham despesas que a Operação Desmonte eliminou ou reduziu, notadamente nas áreas de Transporte, Agricultura e Educação. Estas emendas, segundo o deputado Genebaldo Corrêa, representam 80% das 2.700 apresentadas, aproximadamente. "O governo teme o déficit e a hiperinflação", explicava Cid Carvalho.

O senador Almir Gabriel confirmou sua vontade e de boa parte dos membros da comissão de desindexar o orçamento. Com essa decisão, os parlamentares vão manter o direito do governo de pedir créditos suplementares, conforme prevê o projeto-de-lei orçamentário. O que eles estão discutindo é o percentual limite, definido pelo projeto do governo em 25% das operações de crédito orçamentadas. O novo percentual só será anunciado após a atualização dos preços do orçamento — de junho para dezembro — e a projeção da inflação para 1989.